

OS ESTUDOS HISTÓRICO-COMPARATIVOS NO SÉCULO XIX E O SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

José Mario Botelho (FFP-UERJ)
jomartelho@gmail.com

RESUMO

Discorrer sobre os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX com o método histórico-comparativo, remete-nos ao advento da Linguística Histórica (ILARI, 1992; FARACO, 2005; BASSETTO, 2001). De fato, poder-se-á verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos daquela Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia ou Linguística Românica, que é a própria Linguística Histórica ou Comparativa, elemento de reflexão do presente estudo.

Palavras-chave:

Filologia. Linguística Histórica. Estudos histórico-comparativos.

RESUMEN

Hablar de los estudios histórico-comparativos, que se desarrollaron en el siglo XIX con el método histórico-comparativo, nos lleva al advenimiento de la Linguística Histórica (ILARI, 1992; FARACO, 2005; BASSETTO, 2001). De hecho, se puede comprobar que, hacia mediados del siglo XIX, los estudios sobre las lenguas originarias del latín – lenguas romances – se realizaban bajo una orientación histórica, y por tanto, eran estudios romanísticos de esa Linguística Histórica, también llamado Filología o Linguística Românica, que es la propia Linguística Histórica o Comparativa, elemento de reflexión en el presente estudio.

Palabras clave:

Filología. Linguística histórica. Estudios histórico-comparativos.

1. Introdução

Os estudos das divergências entre línguas da mesma origem, que já aconteciam muito antes do advento da Linguística saussuriana do século XX, são um exemplo de atividade especificamente filológica, porquanto somente um linguista-filólogo estaria capacitado para efetivar esse trabalho, cuja natureza histórico-comparativa é inegavelmente linguístico-filológica. Ou seja, trata-se de um trabalho do filólogo, porque constitui uma análise linguística das línguas que se efetiva sob a orientação da Filologia fundamentalmente. Tal estudo foi expressivo entre os comparativistas do início do século XIX e já tinha sido usado no final do século XVIII pelo incipiente comparativista Sir Willian Jones, orientalista e juiz inglês da

Suprema Corte em exercício em Calcutá-Índia, que comparou o sânscrito com outras línguas e concluiu existir a protolíngua indo-europeu – língua hipotética de um povo ariano que habitava no centro do continente asiático por volta do 2.500 a.C. e que migrou para as terras da Europa.

Sabe-se que o século XIX foi marcado pela “Gramática Comparativa” ou “Linguística Comparativa” dos neogramáticos alemães. Essa corrente procurava estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, como o fez Franz Bopp (1816) com a sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim e o germânico. Desse estudo, corrobora-se a existência do indo-europeu e a importância do sânscrito na identificação das línguas indo-europeias.

Também é daquele estudo de Bopp que surge a Filologia Moderna em 1816.

De certo que, ainda hoje, se acredita que a Linguística, como estudo científico, ou seja, a Linguística moderna, tenha surgido cem anos depois com os estudos de Ferdinand de Saussure e seu *Curso de Linguística Geral* (1916) – obra póstuma, reunida de suas aulas por um discípulo: Charles Bally, que nem mesmo foi seu aluno nos dois cursos ministrados até 1910. Logo, Filologia e Linguística se distinguem, mas são áreas de estudos afins. Primeiramente, constatamos o elo comum entre elas: o estudo da língua, como um sistema de possibilidades linguísticas.

Observamos, também, que o campo de estudo da Filologia, contudo, é mais amplo, pois cabe à Filologia, por exemplo, o estudo de ortografia e certos aspectos literários, e à Linguística, os fenômenos de mudança no uso da língua ao longo do tempo (numa perspectiva diacrônica) e o estudo descritivo das estruturas linguísticas e o seu funcionamento (numa perspectiva sincrônica). Contudo, pode-se constatar a existência de uma interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia (Cf. ALTMAN, 2004; BOTELHO, 2008b).

Sobre a Romanística e os estudos que se desenvolveram sob esse rótulo no final do século XVIII, por volta de 1786, como uma Romanística moderna (que no século seguinte se denominaria Linguística Românica), pode-se dizer que estreou com os estudos do comparativista Sir William Jones (Cf. FARACO, 2005, p. 132). Esse momento, que precede o surgimento da Linguística Histórica (ou Diacrônica), com a elaboração e consolidação do método histórico-comparativo dos neogramáticos, marca o início das atividades da Linguística em si.

Para essa tarefa, vou desenvolver o referido tema, tendo como *leitmotiv* a leitura do texto “Os grandes períodos da linguística histórica”, do item 5, em Faraco (2005). A partir da leitura desse texto, será traçado um breve histórico dos estudos acerca da linguagem, que, naquela época, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos romanísticos, mas que não tinham tal denominação. Também não eram propriamente linguísticos nem filológicos; não havia uma delimitação do que seria a Filologia, mais especificamente a Filologia Românica, e também nos faltava uma fundamentação teórica, própria da Linguística, já que o termo “linguística” ainda não tinha sido criado, o que veio a acontecer por volta de 1873, do francês: *linguistique* (MACHADO, 1973?). Todavia, a atividade dessa Linguística propriamente inicia-se nos fins do século XVIII com Sir William Jones (1786), desenvolve-se no início do século XIX com o estudioso alemão Fraz Bopp (1816), e se estabelece no início do século XX, com linguista suíço Ferdinand de Saussure (1916).

Logo, os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, marcam o advento de uma Linguística Histórica (Cf. ILARI, 1992; FARACO, 2005). De fato, poder-se verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos da Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia Românica ou simplesmente Linguística Histórica.

2. *A interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia*

A interdisciplinaridade entre a Filologia e a Linguística ocorre, como por exemplo, quando se relacionam os conteúdos de estudos históricos de uma dada língua e uma análise linguística de um fato gramatical que se tenha desenvolvido ao longo do tempo. Estudos de gramática histórica do português sob uma abordagem linguística têm sido considerado um estudo de Linguística Românica, quando na verdade constitui um estudo filológico com um escopo linguístico. Tem-se, nesse caso, a interdisciplinaridade entre Filologia e Linguística, já que se estabelece a uma orientação acadêmica, que apresenta um processo de solucionar um problema ou de abordar um tópico que abrange os estudos filológicos e os estudos linguísticos concomitantemente.

Outros estudos complexos para serem tratados de forma adequada por uma única disciplina, como é o caso da formação das formas verbais de futuro no português, constituem o que denominamos um estudo

filológico-linguístico ou linguístico-filológico – de acordo com o objetivo do analista. Essa e outras abordagens interdisciplinares (linguístico-filológica ou filológico-literária) constantemente ocorrem em uma sala de aula dos Cursos de Letras, cujo objetivo do professor (linguista, filólogo, gramático ou literato) é simplesmente o de construir uma compreensão mais abrangente do fato analisado.

De fato, a interdisciplinaridade, que se pode constatar em determinados estudos linguístico-filológicos ou filológico-linguísticos, segundo a intenção de seu autor, tem suas raízes na convivência diacrônica entre os estudos filológicos e linguísticos. Além disso, não se pode deixar de considerar a noção de uma “linguística filologizada”, a que se referiu Anttilla (1973), visto que já consideramos anteriormente que determinados estudos linguísticos se realizam sob uma orientação filológico-metodológica.

Tomando a Linguística como “o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive o filológico”, Elia (1973, p. 94) observa que, embora a Filologia tenha precedido a Linguística, hoje os estudos filológicos “devem situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos” (*Idibidem*, p. 94).

Também o Prof. Edward Lopes (1995), que expressou a sua dificuldade em estabelecer os limites entre Linguística e Filologia, declara: “Sob um certo prisma é possível dizer que a Filologia constitui uma modalidade e uma etapa histórica da Linguística (Linguística Diacrônica).” (LOPES, 1995, p. 26).

Outro exemplo de encontro bem-sucedido dos estudos filológicos e linguísticos é o conjunto de análises lexicográficas sob a perspectiva sócio-histórica que vêm sendo desenvolvidas por equipes multidisciplinares, compostas de terminólogos, lexicólogos, etimólogos, filólogos e tradutores e especialistas no domínio da linguagem em muitas Instituições Acadêmicas brasileiras.

Sob essa perspectiva, muitos são os projetos, mormente, para a criação de atlas, que vêm surgindo em todo o país. Com o objetivo de fazer o registro e o levantamento dos topônimos da língua e dos padrões dialetais brasileiros, desenvolve-se o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), sob a responsabilidade da Prof^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pela Universidade de São Paulo (USP). Dele, surge o Projeto Atlas Toponímico de São Paulo (Projeto ATESP), também pela USP. Em seguida, surgem outros projetos de Atlas toponímicos pelo Brasil: o Projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), pela Universidade Estadual de

Londrina (UEL); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) e o Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO), ambos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); o Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e o Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB), pela Universidade Federal do Acre (UFAC), em que se enfatizam os nomes de lugares em línguas orais e línguas de sinais do estado do Acre. Também há o Atlas do Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Geografia da UERJ; o Projeto de Extensão Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense, pela Universidade Federal Fluminense (UFF); e o grande Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que constitui o único projeto interinstitucional, uma vez que congrega quinze instituições universitárias em todo o país e reúne uma série de projetos. O ALiB tem, por meta, elaborar um atlas geral do Brasil acerca da língua portuguesa.

Todos esses projetos de atlas têm o objetivo de investigar a escolha dos nomes de espaços geográficos ao longo do tempo e os analisar linguisticamente, estabelecendo o perfil toponímico das diferentes regiões brasileiras.

Para a análise estrutural e semântico-motivacional do topônimo, muitos desses projetos de atlas seguem as propostas teórico-metodológicas de Dick (1990; 1992; 1998), que concebe na toponímia brasileira contornos de ordem geoambiental, antropocultural, socioeconômico, sócio-históricos, além dos linguísticos:

O intérprete-receptor, tornado sujeito do novo ato enunciativo, poderá, nesse momento, alterar o mecanismo criador do primitivo enunciado, tornando-o nome, e deslocando-o da base linguística para a base onomástica, que é também histórica, geográfica, antropológica, social. Cria-se, assim, um novo plano sincrônico, às vezes sintópico, quando distinto da língua *standard* ou distante da compreensão comum dos falantes. (DICK, 1998, p. 2)

Sem dúvida nenhuma, nesse produtivo diálogo entre a Filologia e a Linguística diacrônica, todo o texto configura-se como suporte do repertório vocabular de uma dada língua e, como tal, reflete a cultura do povo usuário dessa língua, como observa Abbade (2008):

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. (ABBADE, 2008, p. 716)

Certamente, nos produtivos estudos lexicais e semânticos de natureza diacrônica, verifica-se um feliz encontro entre a Filologia e a Linguística, em que se estabelece a relação de uma dada língua e os diversos aspectos de sua sociedade, compondo a respectiva cultura.

Também se verifica um perfeito encontro entre essas duas ciências (que certos estudiosos as querem diferentes), nos árduos trabalhos de elaboração de dicionários – tarefa da Lexicografia e/ou da Terminologia: esta procura atribuir denominações a conceitos, atuando, pois, do conceito para o termo (processo onomasiológico), e aquela parte da denominação, que é a entrada no dicionário, e a caracteriza funcional e semanticamente, atuando, portanto, do termo para o conceito (processo semasiológico) (Cf. CABRÉ, 1993, p. 32-3).

Na busca de identificação, listagem, seleção do vocabulário, elaboração de conceituações etc., normalmente se envolvem diferentes especialistas entre pesquisadores e informantes e um sem-número de entrevistados – usuários de uma dada língua –, que servem como uma das fontes de consulta; muitas obras antigas – dicionários antigos e outros tipos de textos (antigos e contemporâneos) – normalmente são consultados também. Logo, são analisadas muitas estruturas linguísticas numa perspectiva semântico-linguística e diacrônica na busca do léxico da língua em pauta. Ou seja, o trabalho de elaboração de um dicionário constitui-se, obrigatoriamente, num estudo essencialmente linguístico-filológico, e essa característica é ainda mais acentuada, se se tratar de um dicionário etimológico. Normalmente, uma obra dessa natureza resulta da síntese e da convergência de um tipo de pesquisa que constitui uma verdadeira simbiose entre itens lexicais de existência restrita ou generalizada em uma sociedade, os seres a que se referem e as suas possíveis acepções, que se verificam no tempo, no espaço e nos diferentes usos, o caracteriza uma língua em plena atividade.

Após serem definidas as palavras que entrarão na obra, é hora de preparar o texto dos seus significados, além de pesquisar outras informações que podem complementar os verbetes, como a origem do vocábulo e a data em que ele passou a ser usado na língua. Todo esse trabalho pode levar anos ou até décadas e, invariavelmente, envolve uma grande equipe de pesquisadores. O dicionário Houaiss levou 15 anos para ser feito, contando com mais de 200 colaboradores e lexicógrafos do Brasil e de outros países de língua portuguesa. (Trecho de uma reportagem da Revista Mundo

Estranho, de 18/04/11. “Como são feitos os dicionários?”. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/como-sao-feitos-os-dicionarios/>

Enfim, muitos são os momentos convergentes nos estudos filológicos e linguísticos, que se podem enumerar, apesar de serem frutos de duas ciências “específicas”. A divergência mais acentuada entre Linguística e Filologia fica mesmo por conta da especificidade de seus “objetos formais”, isto é, “pelo seu ângulo particular de enfoque”, como observa Lopes (1995, p. 26), o qual assevera:

O primeiro interesse do filólogo não coincide com o primeiro interesse do linguista. Aquele busca encontrar num *texto antigo* (um documento escrito) o seu significado, à luz dos conhecimentos daquela etapa cultural. Mas o linguista antepõe ao estudo da modalidade escrita de um idioma o estudo da sua *modalidade oral* e (embora julgemos mais do que discutível a legitimidade desse desideratum) pode antepor, igualmente, ao estudo do significado a investigação exclusiva da *forma* de expressão desse idioma. [*sic*] (LOPES, 1995, p. 26) (grifos do autor)

Contudo, até mesmo nessa divergência, é possível vislumbrar uma tendência à convergência no estudo de cada uma delas, como sabiamente observou Silva Neto (1988):

Cumpramos, ainda, deixar claro que, para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística. [...] Por sua vez, porém, o linguista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição que, nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral. [*sic*] (SILVA NETO, 1988, p. 16)

Certamente, ao anunciar resumidamente os princípios gerais de uma “Linguística Histórica” (ou “Diacrônica”), o autor faz remissão às tarefas da Linguística, enumeradas por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Desta feita, não se pode ignorar a concepção de Saussure, tido como o Pai da Linguística, acerca das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas, que puder conhecer, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de maneira permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria. [*sic*] (SAUSSURE, 1969, Capítulo II, p. 13)

Constata-se, nessa descrição, a especificidade do escopo da Linguística, mas que revela, em certa medida, aquela noção antiliana³⁸ de uma orientação teórica de natureza filológico-metodológica (de que tratei anteriormente) dos estudos linguísticos. Afinal, como seria possível “fazer a história das línguas”, “reconstituir as suas protolínguas” e “deduzir todos os fenômenos históricos de sua formação”, se não sob a orientação teórica filológica?

Mais adiante, nesse mesmo Capítulo II, Saussure faz a seguinte asserção:

Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam. (SAUSSURE, 1969, p. 14)

O linguista genebrino acaba por confirmar que entre Filologia e Linguística há, inexoravelmente, uma interdisciplinaridade. E, ainda que as dicotomias saussureanas difundidas naquele seu *Curso*, mormente a “*diacronia X sincronia*”, nos leve a presumir serem os estudos filológicos e linguísticos fundamentalmente distintos ou, até certo ponto, opostos ou contrapostos, assevero que Filologia e Linguística são ciências afins e que compartilham muitos estudos, porquanto há mais pontos de contatos entre elas do que pontos específicos.

Em suma, ainda que haja uma fronteira entre esses estudos, de modo que se possa reconhecer a existência tanto da Linguística quanto da Filologia sincrônica e diacrônica, não se opõem uma à outra. Não nego que compõem modos legítimos de análise de uma língua e, nisso, Filologia e Linguística são, claramente, distintas e autônomas. Em certo sentido, porém, até mesmo os modos de se estudar as problemáticas linguísticas são complementares, pois nenhuma delas pode prescindir da outra na descrição dessas problemáticas (que se espera ser convincente).

3. *Estudos linguístico-históricos que apontam para o surgimento da Linguística Histórica*

Koerner (1989) sugere voltarmos a atenção para o contexto histórico da relação tradicional entre Filologia e Linguística e atentarmos para os significados que, por volta do século XIX, nos países de língua anglo-saxônica, foram associados aos termos em diferentes períodos:

³⁸ Referente à tese de Raimo Antila, estudioso alemão, que concebe uma “Linguística filologizada” (1973. p. 177-91).

No entanto, para compreender estas tendências recentes, especialmente nos países anglo-saxões, devemos saber algumas coisas sobre o contexto histórico da relação tradicional entre ‘filologia’ e ‘linguística’, bem como os significados associados aos termos em diferentes períodos no desenvolvimento do estudo da linguagem como ciência³⁹. (KOERNER, 1989, p. 233) (tradução livre)

Segundo Koerner (1997), os termos francês e alemão para “Linguística Histórica” (*linguistique historique* e *historische Sprachwissenschaft*, respectivamente) não lhe pareciam problemáticos, enquanto os termos em francês e em alemão, sugeridos para o termo inglês *Philology* (*philologie*, formas para o francês e para o alemão), não lhe pareciam convenientes. Grande parte do uso inglês se associou ao “estudo histórico de textos”, na medida em que se usava tradicionalmente no sentido de “Linguística Histórico-Comparativa”, como ocorria em terras de língua alemã, em que era chamado de “Sprachwissenschaft”, especialmente nos finais do século XIX até meados do século XX, momento em que se dá o surgimento da Linguística Moderna, como estudos autônomos em relação aos estudos filológicos.

A partir do início do século XX, os estudiosos, segundo Koerner (1997), fizeram pouco mais do que simular reflexões acerca da já redefinida relação entre Filologia e Linguística, e reconhecer até que ponto a Linguística poderia se beneficiar do trabalho filológico. Koerner conclui que a “linguística filologizada”, de Anttila⁴⁰, pode não estar mais distante da prática científica normal. Ou seja, para o autor, Linguística e Filologia não só se confundem, mas se fundem num único estudo ou constitui uma linguística de orientação filológica, como propôs Anttila (1973), o qual procura conciliar a dicotomia tradicional, advogando em favor de uma orientação filológico-metodológica da Linguística. Para Anttila, os linguistas devem conhecer linguagens e não apenas a sua língua materna.

E é exatamente esse aspecto, de que fala Anttila, que torna os estudos filológicos e linguísticos tão semelhantes. Portanto, não se pode negar que, apesar de terem suas particularidades, Filologia e Linguística se nos mostram semelhantes, uma vez que a Linguística se efetiva sob uma

³⁹ “However, in order to understand these recent trends especially in Anglo-Saxon countries, we must know a few things about the historical background to the traditional relationship between ‘philology’ and ‘linguistics’ as well as the meanings associated with the terms in different periods in the development of the study of language as a science.”.

⁴⁰ Raimo Aulis Anttila, estudioso alemão e autor de “Linguistik und Philologie”. In: BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91.

orientação filológico-metodológica sobre ter o mesmo objeto de estudo da Filologia – a linguagem. Ou seja, a abordagem linguística que praticavam os “filólogos” (ou filologistas) sobre a linguagem humana passou a ser de responsabilidade da Linguística, que a vem desenvolvendo e incorporando especificidades, mas, em certa medida, mantendo aquela orientação filológica.

3.1. A Linguística durante o século XIX

Antes de tudo, convém relacionar o termo “linguística⁴¹” à Linguística Românica, que é uma disciplina ou ciência de orientação histórica, que surgiu na segunda metade do século XIX, com o nome de Filologia Românica (Cf. ILARI, 1992, p. 17-24), a partir dos trabalhos dos comparativistas Friedrich Christian Diez e Wilhelm Meyer-Lübke sobre línguas românicas – línguas advindas da dialeção do latim vulgar. Esses seus estudos de gramática comparativa, Diez, em 1836–1844, com a sua emblemática *Gramatik der romanischen Sprachen* (*Gramática das línguas românicas*) e em 1853, com o seu *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* (*Dicionário etimológico das línguas românicas*), e Meyer-Lübke, em 1890, com sua *Grammatik der romanischen Sprachen* (*Gramática das línguas românicas*) e em 1930, com o ensaio *Romanische Philologie* (*Filologia Românica*), anunciam a Linguística (ou Filologia) Românica (ou estudos romanísticos). Na prática, tais estudos romanísticos ou filológicos das línguas românicas já se desenvolviam bem antes, como se pode depreender da seguinte asserção de Ilari (1992):

[...] [Friedrich Diez], cujos textos fundamentais (*Gramática das línguas românicas*, de 1836 e *Dicionário etimológico das línguas românicas*, de 1853) deram um exemplo marcante de rigor e método no tratamento histórico das línguas românicas, mostrando a possibilidade de trata “cientificamente” de uma série de temas que haviam preocupado os intelectuais durante séculos, mas que haviam sempre sido abordados com certa dose de impressionismo e assistemática. (ILARI, 1992, p. 17)

Além de certas atividades específicas da Filologia, o filólogo também se preocupava com identificação de diferenças e semelhança entre as línguas existentes, sem que se tivesse para isso um aparato teórico-metodológico adequado. Contudo, estudiosos do século XIX passaram a se ocupar com as divergências entre línguas de uma mesma origem de uma forma adequada e sob um método conveniente. Daí, ter sido o século XIX

⁴¹ O termo também se refere, em ciência jurídica, ao fundamento do direito romano, que não se relacionam com os estudos linguístico-filológicos, de que trato no presente trabalho.

marcado pelos estudos dos neogramáticos alemães, os quais procuravam estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, aplicando e aprimorando o método histórico-comparativo.

Frans Bopp fez uso desse método no seu estudo sobre as línguas indo-europeias; Jakob Grimm também o utilizara no seu estudo acerca das línguas germânicas. Mais tarde, Friedrich Diez, que é considerado o pai da Filologia Românica, utilizara-se do método histórico-comparativo no seu emblemático estudo com as línguas românicas e seus dialetos, cujos conhecidos resultados marcam o nascimento da Filologia Românica. Meyer-Lübke, que combinou certos princípios daqueles neogramáticos com o método histórico-comparativo, conseguiu dar aos estudos de Filologia Românica uma perspectiva histórica mais coerente e adequada.

Com a aplicação desse método foi possível estruturar um sólido estudo dos metaplasmos ocorridos em um grupo de línguas originárias do latim, determinar os seus significados e elucubrar sobre novos campos semânticos e definir o(s) motivo(s) de tais formações. Em suma, o método histórico-comparativo mostrou-se eficaz na comparação de grupos de línguas e/ou dialetos genealogicamente afins, já que se trata de uma excelente ferramenta para a análise da relação entre línguas supostamente de uma mesma origem.

Todo esse trabalho do filólogo (ou linguista-filólogo) em busca das origens das línguas e dos linguistas-filólogos romanistas na análise das relações entre línguas de uma mesma origem, que até então se concebiam como sendo de natureza filológica são modernamente atribuídos à Linguística Histórica. Estudos dessa natureza, que se faziam, tendo como objeto de cotejo as línguas e os dialetos de origem latina e suas literaturas, constituem o que se convencionou denominar Romanística ou Filologia Românica ou Linguística Românica, que se confunde com a Linguística Diacrônica ou Histórica ou Comparativa.

Houve um tempo em que se conceituava Filologia Românica como sendo o estudo científico de uma língua românica ou grupo de línguas afins, atestadas por documentos escritos. Nos dias atuais, porém, Filologia Românica designa o estudo comparado e histórico das línguas neolatinas. Logo, estabelece-se uma sinonímia entre os termos Filologia Românica e Linguística Românica.

O termo “Romanística”, que se refere à dedicação aos estudos das línguas e literaturas românicas (ou neolatinas), começa propriamente com os tratados do filólogo alemão Friedrich Christian Diez: *Gramática de las*

lenguas românicas (1842) e *Diccionario etimológico de las lenguas românicas* (1854). Porém, como já declarei anteriormente, os estudos românicos ou filológicos das línguas românicas começam bem antes.

Já em fins do século XVIII, estudiosos europeus davam início aos estudos de uma língua dos hindus – o sânscrito. Em 2 de fevereiro 1786, em Calcutá na Índia, Sir William Jones, um estudioso juiz inglês, apresentou à Sociedade Asiática de Bengala (*Asiatic Society*) uma comunicação, em que demonstrou as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. Afirmou ele:

A linguagem Sânscrita, seja qual for sua idade, é de uma linda estrutura; mais perfeita que o Grego, mais copiosa que o Latim, e mais precisamente refinada que ambas, ainda compartilha com ambos uma forte afinidade, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas de gramática, que não pode ter sido criada por acidente; é, na verdade, tão forte, que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que tenham nascido de uma fonte comum, que, talvez, nem exista mais. (JONES, 1786, Comunicação oral)

Essa fonte comum, a que se refere Sir William Jones seria uma língua protoindo-europeia (PIE), como denominou o próprio filólogo inglês. Trata-se de um falar ancestral comum hipotético de línguas europeias e hindus, que provavelmente fora falado há mais de 5000 anos, pelos povos indo-europeus, supostamente nas proximidades do mar Negro, o qual originalmente era denominado Ponto Euxino pelos antigos.

Em 1808, Friedrich Schlegel publicou seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder*, dando início aos estudos comparativistas na Alemanha, pois corroborou a tese de Sir William Jones, que comparou o sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, e verificou o parentesco entre essas línguas, sugerindo a existência de uma origem comum entre elas.

Mais tarde, em 1816, é a vez de Franz Bopp, que publica um tratado sobre o sistema de conjugação dessas línguas – o seu *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*. E, desse estudo, nasce a Linguística Histórica, o que se pode considerar um marco em relação aos estudos de linguagem.

3.2. *Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica*

No item anterior, vimos que já ocorriam os estudos linguístico-diacrônicos anos antes de 1816, quando se dá uma nova Filologia, cujos estudos se estabelecem, propriamente, com o desenvolvimento das atividades de natureza diacrônica dos comparativistas. Agora vamos ver como os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, cunharam os estudos linguístico-filológicos ou diacrônicos com o advento da Linguística Histórica.

Vimos que foi Friedrich Schlegel quem deu início aos estudos comparativistas em 1808, na Alemanha, corroborando a tese de Sir William Jones acerca do parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, sugerindo a existência de uma origem comum entre tais línguas. Entretanto, não havia uma prática teórico-metodológica estruturada nesses estudos comparativos e o objetivo principal daqueles filólogos era o de buscar definir uma protolíngua de línguas europeias e asiáticas. Logo, os estudos de Schlegel e seus contemporâneos, que comparavam diferentes línguas, possibilitaram aos estudiosos da época – os comparativistas – a supor a existência de uma protolíngua para aquelas línguas comparadas – o indo-europeu –, que tem sido aceita como a língua-mãe (ou língua-origem) de inúmeras línguas europeias e asiáticas, que têm parentesco empiricamente comprovado.

Vejamos, a partir deste momento, como os estudos histórico-comparativos, desenvolvidos, por volta do meado do século XIX, fizeram emergir a Linguística Histórica ou Linguística Comparativa.

Esses estudos, que se desenvolveram sob o rótulo de estudos histórico-linguísticos durante o século XIX, como uma ciência humana e, sobretudo, como um divisor de águas em relação aos estudos sobre a linguagem, constitui exatamente o que se tem como Filologia ou Linguística Românica, que, grosso modo, é a própria Linguística Diacrônica ou Histórica.

Vimos, também, que Franz Bopp, com o seu tratado sobre o sistema de conjugação das línguas sânscrito, grego, latim, persa e o alemão, em 1816, proporcionou o surgimento dessa Linguística Histórica, que também pode ser considerada uma Linguística Comparativa (ou Linguística Histórica Comparativa). Nesse estudo, Franz Bopp demonstrou, comparando a morfologia verbal daquelas línguas, as correspondências sistemáticas entre elas, e demonstrou metodicamente seu parentesco. O autor também

definiu as leis fonéticas que as regem e, ainda, estabeleceu as origens das suas formas gramaticais.

Mais tarde, surge uma nova geração de estudiosos, que impulsioanam as pesquisas dessa linha comparativa, porém sob uma nova perspectiva teórico-metodológica. Essa nova geração de linguistas da Universidade de Leipzig, na Alemanha, do século XIX era constituída de estudiosos muito jovens e que surgiram, criticando a postura dos seus antecessores. Estes, por sua vez, os chamavam de *Junggrammatiker*, que era um termo jocoso para assinalar a incipiência daqueles linguistas alemães, tais como: Karl Brugmann (1849–1919), August Leskien (1840–1916) e Hermann Osthoff (1847–1909), Hermann Paul (1846–1921) entre outros, mas que, paulatinamente, se impuseram e demonstraram competência. Apesar desse reconhecimento da Academia da época, não faltaram críticas aos neogramáticos, como a do linguista austríaco Hugo Schuchardt (1842–1927) em seu *Der Vokalismus der Vulgärlatein (O vocalismo do latim vulgar)*, em 1866. Esse importante linguista do final do século XIX ficou conhecido por seus estudos de natureza sociolinguística sobre línguas crioulas e, principalmente, pela oposição aos neogramáticos, a quem desfechou uma pesada crítica com sua obra *Über die Lautgesetze Gegen die Junggrammatiker (Sobre as leis fonéticas. Contra os jovens gramáticos)*. Para desconstruir a teoria dos neogramáticos, Schuchardt apresenta a sua teoria das ondas, que descreve as mudanças linguísticas como fruto de influências externas, e não somente de influências e regras internas, conforme concebiam os neogramáticos (Cf. MORAES, 2019, p. 115-36). Com essa teoria, Schuchardt destacava dois aspectos: a “lei da causalidade” e a “inclusão do espontâneo”. Constata-se, nesses trabalhos de Schuchardt, uma prévia anunciação dos pressupostos da Teoria Variacionista (ou Sociolinguística Laboviana).

Leskien, que se aprofundou nos estudos sobre línguas eslavas e bálticas, foi um dos inspiradores mais influentes do movimento neogramático, juntamente com Karl Brugmann e Hermann Osthoff. Sua maior contribuição consiste na formulação da regularidade das mudanças fonéticas. Segundo ele, essas mudanças não ocorrem aleatoriamente, porquanto são produto de condições observáveis.

Brugmann asseverou acerca da inviolabilidade das leis fonéticas e enfatizou a importância da analogia como um fator linguístico nas línguas modernas.

Osthoff debruçou-se sobre os estudos da reconstrução do tom vibratório indo-europeu, a soante líquida [r], que podia assumir funções

silábicas. Também tem o seu nome a lei relativo a uma abreviatura de uma vogal indo-europeia longa antes de uma nasal ou líquida, seguida de uma consoante, que ocorre em algumas línguas (entre elas o latim e o grego).

Em consequência disso, tiveram o seu valor reconhecido e passaram a ser chamados de “neogramáticos” (*neogrammatiker* ou *neugrammatiker*), que, grosso modo, faz uma sinonímia com aquele *Junggrammatiker*, porém com uma considerável diferença na carga semântica de cada termo. Logo, o termo “neogramáticos” tem uma carga semântica positiva, que ressalta o respeito de seus pares no universo acadêmico da época.

Esses neogramáticos do final do século XIX desenvolveram aquela prática comparativa com a elaboração do método histórico-comparativo, e a sua consolidação no final do século XIX marca o início das atividades da Linguística Histórica consolidada. Fato é que os neogramáticos passaram a ser respeitados pelos seus contemporâneos, apresentando um programa revolucionário em relação às orientações comparatistas de seus antecessores. Para eles, não era fundamentalmente importante encontrar uma protolíngua; a atenção dos pesquisadores deveria voltar-se para as línguas vivas, em que se podiam observar os processos de evolução linguística em plena atividade.

Sabemos que o método histórico-comparativo consiste em comparar – cotejar – objetos de estudo ao longo do tempo, por isso foi largamente utilizado pelos neogramáticos, que, numa hipótese genética, formulavam questões referentes à sua natureza e destacavam as relações entre as línguas, que eram classificadas em famílias e consideradas como “organismos vivos” – ideia combatida pelos linguistas atuais, principalmente pelos sociolinguistas, que veem a língua como um fenômeno social.

Os primeiros comparativistas do século XIX, os neogramáticos Franz Bopp e Jakob Grimm, e os comparativistas da nova geração de neogramáticos, Friedrich Diez e Meyer-Lübke, fizeram uso do método histórico-comparativo em seus estudos de comparação entre línguas de diferentes regiões.

Assim, o método histórico-comparativo passa a ser o procedimento fundamental dos estudos de Linguística Histórica. A existência de correspondências sistemáticas entre diversas línguas da Europa e da Ásia, reveladas pelos estudos sob esse método, possibilitou a esses primeiros neogramáticos fazerem elocubrações sobre a gramática de línguas afins.

Pode-se dizer que os neogramáticos deram continuidade aos estudos da história das línguas, iniciados pelos comparatistas antecessores,

retomando as atividades da Filologia Clássica. Entretanto, eles se concentraram, especialmente, na gramática dessas línguas, o que justifica os rótulos *neogrammatiker* (“neogramáticos”) e *Junggrammatiker* (“jovem gramático”). Convém atentar para a seguinte asserção de Faraco (2005):

Os neogramáticos, no fim do século XIX, criticaram essa perspectiva centrada na reconstrução do passado (cf. Capítulo 5). Para eles, o trabalho em linguística histórica deveria se concentrar muito mais na elucidação dos mecanismos da mudança do que na reconstrução de estágios remotos do passado. (FARACO, 2005, p. 119)

Essa neogramática se fundamentava em princípios de leis fonéticas, que regeriam as alterações da língua, ou seja, para os neogramáticos, toda língua sofre alterações através de fatores fonéticos. Não reconheciam fatores morfológicos ou sintáticos, visto que as alterações se justificariam pela lei do “menor esforço” e/ou da “economia fonética”, a partir das quais a língua se acomodaria com as mudanças fonéticas e a espontaneidade da produção dos sons; o mesmo fenômeno se daria em línguas distintas, cujas alterações poderiam coincidir, pela acomodação entre os sons mais próximos.

Hermann Paul, em 1880, sistematizou a teoria desses estudiosos e a reformulou em uma edição em 1920. De fato, esse neogramático influenciou, sobremaneira, o pensamento linguístico. Em suas pesquisas, embrião da Sociolinguística, Hermann Paul já procurava explicar como se efetivava a mudança no usuário da língua e também na sua comunidade linguística. Esse pensamento foi muito importante para a identificação das regularidades das variações linguísticas.

Logo, o método histórico-comparativo conferia um destacável refinamento metodológico dos estudos histórico-linguísticos, desenvolvido por aquela nova geração de linguistas. Pode-se dizer, porém, que essa nova abordagem negou, mas não anulou o trabalho comparativo de seus antecessores; apenas sugeriu um novo escopo para os estudos históricos que prioriza o caráter da mudança linguística propriamente. Portanto, desde então, muitas possibilidades de respostas se apresentam para o questionamento acerca do fenômeno da mudança e tudo aquilo que a ela está relacionado como o contexto social de ocorrência, seus partícipes, o momento etc.

Em sintonia com essa nova perspectiva, Linguística ou Filologia Românica também toma novo rumo; o método de natureza comparativa assume, então, propósitos genéticos, voltados para a reconstituição de elementos de uma dada língua neolatina. Assim, a semelhança constatada

entre expressões linguísticas de duas ou mais línguas neolatinas provaria que elas teriam a mesma origem em uma mesma expressão do latim, i.é, a forma atual em uma dada língua neolatina indicaria a forma da expressão originária em latim.

Para ilustrar tal proposta, Ilari (1992, p. 21) nos mostra que “quando se comparam, por exemplo, port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere* fica legitimada a conjectura de que tenham uma origem latina comum”. Podemos perceber que a primeira sílaba dessas palavras começa com a consoante “s”, que representa um fonema sibilante /S/, e na segunda sílaba, que é tônica nas três formas, uma consoante bilabial ou labiodental (a saber: “p”, “b” e “v”). Como sabemos que na passagem do latim para o português e para o espanhol, num estudo de metaplasmos, é regular a sonorização do /p/, surdo e intervocálico, que passa a ser /b/, e que se dá a apócope do /e/ final da desinência de infinitivo latina “-re”, temos “saber” do verbo latino “*sapere*” (Cf.: *sapere* > *sabere* > *saber*). Percebe-se que, também em francês, a mesma apócope do /e/ se dá; a surda intervocálica /p/ passar a /v/, sonora, e o /e/ longo das sílabas tônicas não travadas passa a /ei/, depois /oi/, /oe/, /eu/ e /wa/ (sendo que a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma /oi/: *sapere* > *savere* > *saveire* > *savoire* > *savoir*).

Logo, constata-se que a forma originária comum de *saber* (port. e esp.), *savoir* (fr.) e *sapere* (it.) é a forma latina *sapere*, já que aqueles metaplasmos não ocorreram em italiano (Cf.: *sapere* > *sapere*, como em outras formas verbais: *cantare* > *cantare*, *perdere* > *perdere*, *venire* > *venire*).

Vale afirmar que tais ocorrências não são isoladas; são regulares e sistemáticas e compõem um grupo de metaplasmos⁴², que ocorreram na formação do vocabulário das línguas românicas. A reconstituição desse estrato oral, apesar da falta de um material para análise, pôde ser feita a partir de elocubrações com a aplicação do método histórico-comparativo, como observei em outro estudo sobre a história externa da língua portuguesa:

O método histórico-comparativo foi muito útil na reconstituição do léxico de línguas neolatinas, justificando inúmeras de suas formas vocabulares, além de ter sido fundamental na reconstituição do léxico do latim coloquial

⁴² Metaplasmos são as alterações fonético-ortográficas que sofreram as palavras durante a sua evolução, causadas pelos princípios, relativamente, inconscientes, graduais e regulares, cujo conjunto constitui o Vocalismo e o Consonantismo, estudados no item anterior. (BOTELHO, 2022, p. 207)

tardio⁴³ e o medieval (do pós-Império), o qual se revelou ser a principal fonte léxica das línguas românicas, embora muitas formas vocabulares latinas do seu uso corrente tenham-se perdido ao longo do tempo. (BO-TELHO, 2012, p. 68)

Desta forma, com o método histórico-comparativo, foi possível aos romanistas encontrarem, nos textos latinos que nos legaram os romanos e romanizados, muitas formas originárias para diversas formas vocabulares de línguas neolatinas como o português. Em outras palavras, formas vocabulares originárias de inúmeros vocábulos portugueses, por exemplo, podem ser confirmadas mediante provas documentais, já que são inúmeros os textos escritos em latim pelos escritores latinos da época em que o latim era a língua do vasto Império Romano.

Pôde-se, com o auxílio desse método, portanto, criar uma sistematização de alterações morfo-fonético-ortográficas – metaplasmos –, que sofreram as palavras durante a sua evolução nas diferentes línguas românicas.

Seguindo por esse caminho, a denominada Filologia Românica (ou Linguística Românica), por ser o estudo histórico-comparativo de línguas que se originam do latim, tem o seu principal representante o linguista e filólogo alemão Friedrich Christian Diez (1794–1876). Diez é considerado o iniciador desse ramo de investigações, porquanto publicou, entre 1842 e 1854, uma gramática histórico-comparativa e um dicionário etimológico das línguas românicas. Ele se dedicou, ainda, pelo estudo de narrativas em espanhol arcaico. Esse trabalho era de orientação semelhante ao da Filologia Clássica e, por isso, possibilitou a criação da Filologia Românica, com o estudo textual e da consolidação das línguas românicas (ou neolatinas) e de investigação genética dessas línguas.

Assim, a Filologia Românica com o desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos passa a ter um papel fundamental nos estudos da linguagem.

Proliferavam-se, pois, os estudos sobre a linguagem sob a perspectiva histórica; na verdade, essa perspectiva era intensa e, praticamente, a preferida de muitos estudiosos da época, se não única, como se pode depreender no seguinte comentário de Silva Neto (1988), que soa como uma crítica à atitude daqueles linguistas-filólogos:

⁴³ O latim coloquial tardio inclui o período patrístico (filosofia cristã dos três primeiros séculos) e é do século II ao século V, e que se publicou a Vulgata de São Jerônimo, as obras de Santo Agostinho e de Boécio.

Nas atividades filológicas, há Marta e Maria⁴⁴.

[...]

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: ‘não há outro estudo científico da língua senão o histórico’.

[...]

Graças, porém, à reação de um Saussure, um Gilliéron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrônicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua.

Em sua erudita síntese de história dos estudos lingüísticos e filológicos, Iorgu Iordam caracteriza, como tendência moderna, o estudo da língua viva, dos falares. Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predomínio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. (SILVA NETO, 1988, p. 17)

4. *Considerações conclusivas*

Como é possível observar, a Linguística tradicional já se fazia sentir naquela época, em que predominava a abordagem de natureza diacrônica sobre a linguagem, primeiramente com Hugo Schuchardt (1870), que, contrariando os neogramáticos, já abordava em seus estudos os aspectos da mudança linguística sob uma perspectiva de natureza sociolinguística; depois, com Jules Gilliéron (1910), que também contrariava as propostas dos neogramáticos com seus estudos também sob uma perspectiva sociolinguística; e em 1910–1916, Saussure, no estabelecimento de suas célebres dicotomias e das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia.

Em suma, aquela nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos), incentivados pelas críticas aos antecessores e pelo maior rigor em certos procedimentos metodológicos, distinguem-se daqueles,

⁴⁴ Na Bíblia, lê-se que, em certa ocasião, Jesus visitara um povoado, onde moravam as irmãs Marta e Maria, e hospedou-se em sua casa. “Maria ficou sentada aos pés do Senhor, ouvindo a sua palavra. Marta, porém, estava ocupada com muito serviço. E, aproximando-se dele, perguntou: ‘Senhor, não te importas que minha irmã tenha-me deixado sozinha com o serviço? Dize-lhe que me ajude!’ Respondeu o Senhor: ‘Marta! Marta! Você está preocupada e inquieta com muitas coisas; todavia, apenas uma é necessária. Maria escolheu a boa parte e esta não lhe será tirada.’” (Lucas 10, versículos 32–42). Com essa referência bíblica, Silva Neto parece querer dizer que tanto os estudos sincrônicos quanto os diacrônicos são importantes e necessários, assim como a intensa Marta e a passiva Maria eram importantes para Jesus.

dando uma nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica do nosso século.

Logo, a Linguística Histórica ou Comparativa, que é um ramo da Linguística em si, tem como objetivo principal o estudo das relações entre diferentes línguas, considerando a sua evolução ao longo do tempo, podendo, assim, reconstituí-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Filologia e o Estudo do Léxico. *Cadernos do CNLF*, Série X, p. 716-21, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_244.pdf.

ANTTILA, Raimo Aulis. Linguistik und Philologie. In: BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. v. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2001.

BOPP, Franz. *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*. Frankfurt: Andreätschen, 1816. Disponível em: <https://archive.org/details/uberdasconjugat00bopp/goog/page/n14/mode/2up>.

BOTELHO, José Mario. *História e formação do léxico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

_____. Estudos romanísticos sobre a linguagem no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica. *Revista Philologus*, v. 27, n. 81 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021a. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/955/1023>.

_____; OSÓRIO, Paulo. A latinização da península ibérica: a queda do império romano e as suas consequências na geolinguística da península. *Revista Philologus*, Ano 27, n. 80, p. 11-26, Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago.2021b. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/588>.

_____. Filologia: “o que é e qual é o seu campo de atuação?”. Um legado de Bruno Bassetto. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 76 Supl., Anais do XII

SINEFIL, p. 209-321, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/76supl/24.pdf>.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. *Revista Philologus*, Ano 4, v. 10, p. 61-69, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1998. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/10/07.pdf>.

_____. Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

_____. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

JONES, William. Os hindus. Trad. e notas de Rerisson Cavalcante de Araújo, a partir do texto publicado em suas obras completas, *The works of Sir William Jones*. v. 1, 1799, p. 19-34, editadas por sua esposa Anna Maria Shipley Jones. Disponível em: “On hindus” – William Jones (1786) – Linguagem & Linguística (alinguagem.org) ou em: William Jones - Sobre os hindus (traducao).pdf - Google Drive.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

KOERNER, Ernest Frideryk Konrad. On the Historical Roots of the Philology vs Linguistic Controversy. In: _____. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 233-44

_____. Linguística e Filologia: o eterno debate. Tradução de Cristina Altman e Lineide do Lago Salvador Mosca. *Revista Filologia e Língua Portuguesa*, n. 1, p. 7-20, 1997; In: KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de Histiografia e Linguística: estudos selecionados*. Trad. por Cristina Altman *et al.* Organizado por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola. 2008.

MORAES, J.V. Hugo Schuchardt, os neogramáticos e as leis fonéticas: um debate de interesse historiográfico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n.

43, p. 115-36, jul-dez 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/cronicas.pdf>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cutrix, 1969. Título original: *Cours de Linguistique Générale*, [1916].

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa: história, problemas, métodos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1988.